

CREA-SP revoga Ato 6 e cria grande polêmica

A maioria das prefeituras paulistas receberam reclamações por não estarem mais cedendo plantas gratuitas para residências populares de até 60 metros quadrados, que eram aprovadas em apenas três dias, devido à revogação do Ato 6 pelo CREA-SP. Esse ato determinava que residências populares, de até 60 metros quadrados e um sistema estrutural simples, poderiam dispensar a participação do arquiteto e do engenheiro no projeto.

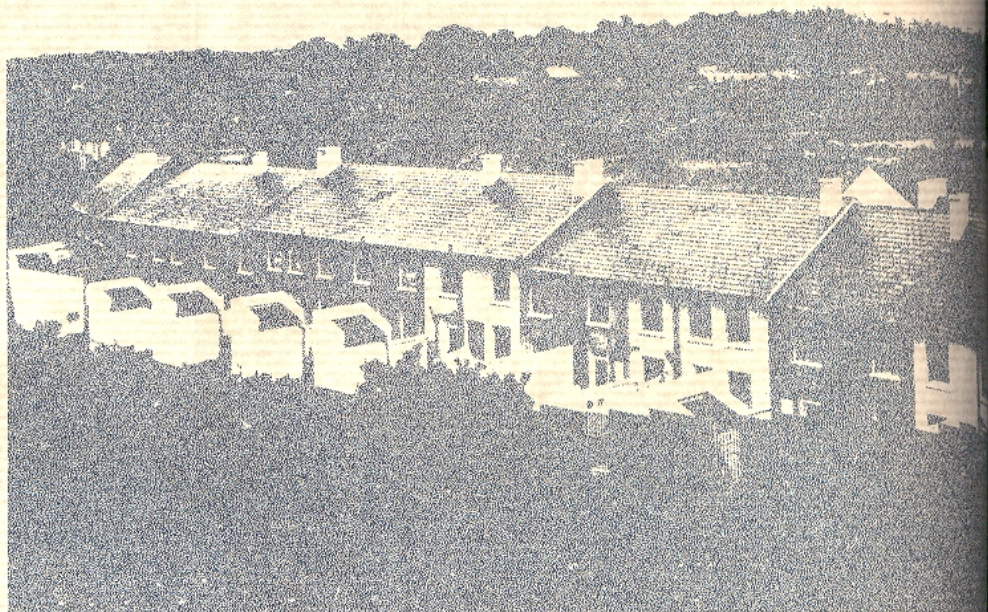
O maior argumento utilizado contra a revogação desse ato é o caráter anti-social, pois a população que se utilizava dessas plantas não tem condições de pagar os serviços de um engenheiro ou arquiteto. Em reunião com o prefeito Reynaldo de Barros, o presidente do CREA-SP, Ismael Brunstein, explicou que as coisas não são bem assim, que as prefeituras podem continuar oferecendo essas plantas, desde que seja prestada orientação técnica durante a construção.

“A grande maioria das casas de periferia que desabam durante as chuvas são construídas através dessas plantas. E a culpa não é de ninguém pois o interessado chega no seu terreno, que na verdade é um barranco, e constrói essa casa, planejada para um terreno plano. O resultado é fácil de prever. Além disso, muitas vezes esse proprietário, de baixo poder aquisitivo, por inexperiência, acaba gastando mais material do que o necessário ou mesmo material inadequado. Por tudo isso é que resolvemos revogar o ato 6.”

Segundo Brunstein, além das próprias prefeituras, que poderiam oferecer gratuitamente esse acompanhamento técnico, o financiamento desse trabalho poderia ser feito através de sindicatos e associações de classe, cooperativas.

Já para Jon Maitrejean, presidente do Sindicato de Arquitetos de São Paulo, a queda do Ato 6 representa mais um ônus para o proprietário, pressupondo um custo social à população proprietária que antes era assumido pelas categorias profissionais do

setor da construção. O Estado é verdade deveria assumir esse encargo, o CREA-SP pretende a revogação dessa medida pressupondo que as prefeituras a criarem órgãos para esse fim, já que as plantas apresentavam como meros paliativos para o problema. Para o presidente do Sindicato de Arquitetos de São Paulo, a resposta a esse problema, seria, por exemplo, as cooperativas de arquitetos e engenheiros, que poderiam assumir a execução do programa ATME, desenvolvido pelo SAERGS.



No Rio Grande do Sul, convênio do BNH com Arquitetura de Canoas

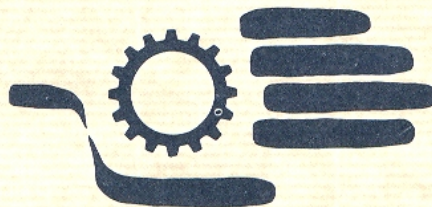
Alunos do 9.º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Canoenses, RS, entregaram recentemente ao gerente regional do Banco Nacional de Habitação, Ricardo Perrone, um projeto para Unidade Habitacional de até 1.100 UPCs, elaborado por eles próprios. Dessa forma, eles deram início ao convênio assinado entre as Faculdades Canoenses e o BNH para o desenvolvimento de um programa de apoio ao ensino no campo da Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Esse convênio possibilita aos alunos tomarem contato com os problemas e a realidade habitacional do país e, dentro das possibilidades oferecidas pelo Sistema Financeiro da Habitação, proporem pesquisas, planejamentos ou projetos em qualquer campo: utilização de materiais, aproveitamento do solo, tecnologia de urbanização.

O projeto entregue ao gerente regional do BNH foi feito com base em um loteamento da Cohab de Habitação para Famílias de

Baixa Renda e, a critério do BNH, poderá ser executado, cabendo à faculdade o desenvolvimento do projeto. O melhor trabalho receberá prêmio no valor de 100 UPCs (39.010,00).

Senai tem novo símbolo gráfico



Três arquitetos de São Paulo — Deise Tomoco Oda, Fernando Zacharias e José Mendes Tavares Jr. — foram os vencedores do concurso nacional para a escolha de um símbolo gráfico para o Senai. O trabalho vencedor, que concorreu com 1.130 outros, representa uma mão espalmada mostrando uma roda dentada.

Uma comissão julgadora, designada pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Indústria, Senai, examinou e avaliou todos os trabalhos concorrentes sob duplo aspecto: originalidade em termos gráficos e mensagem sobre o Senai. Em ambos, o trabalho vencedor foi reconhecido como o melhor. A comissão julgadora, formada por representantes da Representação Nacional da Indústria e do Departamento Nacional do Senai, participou da comissão julgadora Albano de Franco e Vicente de Paulo Umberto Souza, secundados por Aloísio Magalhães, diretor do IPHAN, Ana Luisa Esteves, diretoria da Associação de Profissionais de Desenho Industrial de Nível Superior Evertow Fernandes, diretor da Associação Brasileira do Desenho Industrial, Maria Melo da Matta, chefe de Produção Visual da Fundação Nacional de Artes e Carlos Milton Pedrosa, presidente do Clube de Criação do Rio de Janeiro.

Segundo o parecer da comissão julgadora, o trabalho vencedor “que possui certa originalidade, muito raro em marcas e logotipos”, representa a mensagem de desenvolvimento e progresso. Representando respectivamente a indústria e o trabalhador, a representação Nacional da Indústria e o Departamento Nacional do Senai, participou da comissão julgadora Albano de Franco e Vicente de Paulo Umberto Souza, secundados por Aloísio Magalhães, diretor do IPHAN, Ana Luisa Esteves, diretoria da Associação de Profissionais de Desenho Industrial de Nível Superior Evertow Fernandes, diretor da Associação Brasileira do Desenho Industrial, Maria Melo da Matta, chefe de Produção Visual da Fundação Nacional de Artes e Carlos Milton Pedrosa, presidente do Clube de Criação do Rio de Janeiro.